

volume

29/2

jul/2024

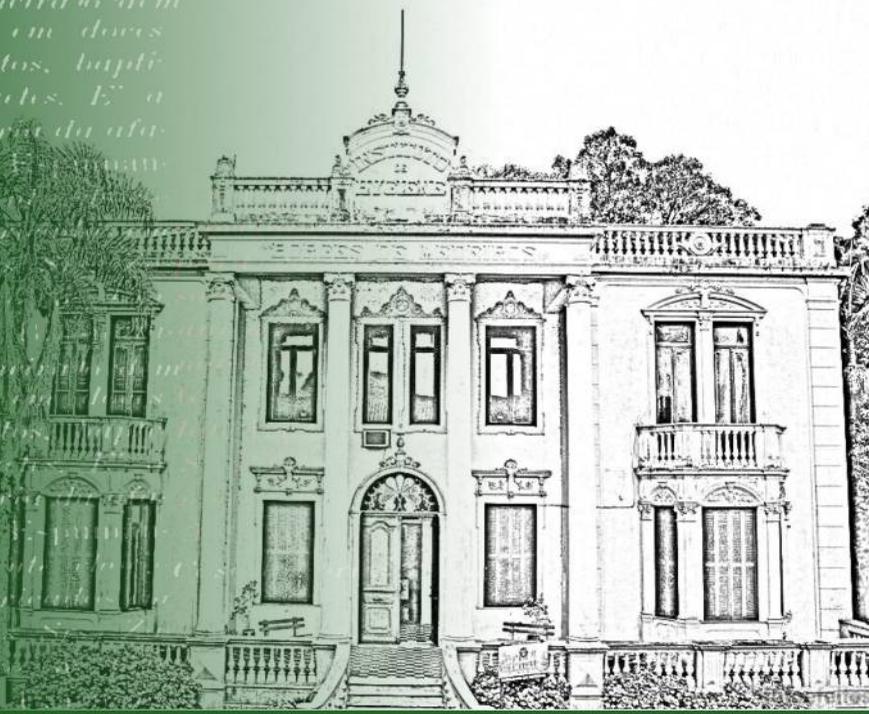
ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

**Patrimônio Cultural da Saúde e da Assistência:
reflexões sobre um campo multidisciplinar**

*Esta é a primeira de uma coleção primeira de doc
especialidades em doc especialidades em doc
para casamentos, baptipara casamentos, bapti
sudos e banquetes. É usado e banquetes. É a
única depositaria da única depositaria da úni
mada Guarana Espumamada Guarana Espumam
te e do excelente chocolate e do excelente
lat Laeta, fabricados em lat Laeta, fabricados
S. Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelo S. Paulo
nolla Loureiro & Capella Loureiro & Capella
J. Confeitaria Brasileira J. Confeitaria Brasileira
Esta é a primeira de uma coleção primeira de doc
especialidades em doc especialidades em doc
para casamentos, baptipara casamentos, bapti
sudos e banquetes. É usado e banquetes. É a
única depositaria da única depositaria da úni
mada Guarana Espumamada Guarana Espumam
te e do excelente chocolate e do excelente
lat Laeta, fabricados em lat Laeta, fabricados
S. Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelo S. Paulo
nolla Loureiro & Capella Loureiro & Capella
J. Confeitaria Brasileira J. Confeitaria Brasileira*





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof^a. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Prof^a. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Prof^a. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile
Prof^a. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Prof^a. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de
Uberlândia)
Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof^a. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Prof^a. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Prof^a. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Prof^a. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)
Prof^a. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de Coimbra)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof^a. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
Évora)
Prof^a. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do
Minho)
Prof^a. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de
La Pampa – AR)
Prof^a. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Prof^a. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Prof^a. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Prof^a. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Eliane Cristina Deckmann Fleck – UFPel
Joana Balsa de Pinho – Universidade de Lisboa

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Prédio da Faculdade de Medicina da UFPel
desde a fundação do curso. Acervo UFPel.

Pareceristas ad hoc: Ana Paula Korndorfer (UNISINOS) |
Angela Beatriz Pomatti (MUHM) | Beatriz T. Weber (UFSM)
| Daiane Rossi (Universidade Franciscana - UFN) | Daniel
Oliveira (UNISINOS) | Everton Quevedo (CENTRO
UNIVERSITÁRIO CESUCA/ CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO CASA DA MEMÓRIA UNIMED
FEDERAÇÃO/RS) | Gisele Sanglard (FIOCRUZ) | Glauca
Linxinski de Lima (MUHM) | Jaqueline Hasan Brizola
(FIOCRUZ) | José Carlos Cardozo (FURG) | Luiz Otávio
Ferreira (FIOCRUZ) | Marta Lobo (Universidade do Minho
- UMINHO) | Renato da Gama-Rosa Costa (FIOCRUZ) |
Ricardo Batista (UNEB) | Véra Maciel Barroso (ARQUIVO
HISTÓRICO DA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE) |
Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2024/2

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso
| International Standard Serial Number | Worldcat |
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : Patrimônio Cultural da Saúde e da Assistência : reflexões sobre um campo multidisciplinar) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.29, n.2, jul. 2024. – Pelotas: UFPel/NDH, 2024 –
178 p. ; 5,71 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Patrimônio 3. Saúde

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PRESENTATION <i>Eliane Cristina Deckmann Fleck</i> <i>Joana Balsa de Pinho</i>	07
RECONHECENDO UM PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE: O CASARÃO DO LAZARETO EM NOVA FRIBURGO/RJ RECOGNIZING A CULTURAL HERITAGE OF HEALTH: THE CASARÃO DO LAZARETO IN NOVA FRIBURGO/RJ. <i>Anne Thereza de Almeida Proença</i>	11
ENTRE MODERNISMO E MODERNIDADE: A ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO BETWEEN MODERNISM AND MODERNITY: THE SCHOOL OF NURSING OF SÃO PAULO <i>Paulo Fernando de Souza Campos</i>	28
CONSTRUÇÕES “MODELO” PARA A SAÚDE DURANTE O ESTADO NOVO NO RIO GRANDE DO SUL “MODEL” HEALTHCARE BUILDINGS DURING THE ESTADO NOVO IN RIO GRANDE DO SUL <i>Cristiano Enrique de Brum</i>	51
ARQUITETURA DA SAÚDE NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ ENTRE OS ANOS DE 1940 E 1950 HEALTH ARCHITECTURE IN THE FEDERAL TERRITORY OF AMAPA BETWEEN THE 1940 ^s AND 1950 ^s <i>Dinah Reiko Tutyia</i> <i>Carina Regina Quaresma</i>	71

HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS COMO PATRIMÔNIO DA SAÚDE. UM LEGADO DE FREI ALBERTO BERETTA EM GRAJAÚ, ESTADO DO MARANHÃO.

HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS AS HEALTHCARE HERITAGE. A LEGACY OF FREI ALBERTO BERETTA IN GRAJAÚ, STATE OF MARANHÃO.

Paula Regina Pereira dos Santos Marques Dias

96

O TEMPO SUSPENSO. DOS RITUAIS HISTÓRICOS DO TERMALISMO AO PATRIMÓNIO ASSOCIADO EM PORTUGAL

THE SUSPENDED TIME. FROM THE HISTORICAL RITUALS OF THERMALISM TO THE ASSOCIATED HERITAGE IN PORTUGAL

Jorge Mangorrinha

118

UM OLHAR HUMANISTA SOBRE A FORMAÇÃO MÉDICA E A LEITURA DO LIVRO "UMA CASA CHAMADA LEIGA"

A HUMANISTIC LOOK AT MEDICAL TRAINING AND READING THE BOOK "A HOUSE CALLED LAYMAN"

Paulo Koschier

139

A TRAJETÓRIA DE EDSON TADEU HOLTHAUSEN NA INSTITUIÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR NO SUL DO ESTADO (IPESSE) E NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)

THE TRAJECTORY OF EDSON TADEU HOLTHAUSEN AT THE PRO-HIGHER EDUCATION INSTITUTION IN THE SOUTH OF THE STATE (IPESSE) AND AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PELOTAS (UFPEL)

Lorena Almeida Gill

Elisiane Medeiros Chaves

145

RECONHECENDO UM PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE: O CASARÃO DO LAZARETO EM NOVA FRIBURGO/RJ

RECOGNIZING A CULTURAL HERITAGE OF HEALTH: THE CASARÃO DO LAZARETO IN NOVA FRIBURGO/RJ.

Anne Thereza de Almeida Proença

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre os usos e interpretações dos patrimônios culturais da saúde e da assistência, a partir do estudo de caso do *Casarão do Lazareto*, localizado no município de Nova Friburgo, Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Esta análise foi estimulada pelo início das obras de revitalização da edificação, construída no final do século XIX para servir de hospital de isolamento durante períodos de emergências sanitárias na cidade. A História da Saúde está intrinsecamente ligada à História de Nova Friburgo desde sua criação e sua materialidade passou a fazer parte da rotina da população, sendo constantemente ressignificada por ela. Por isso, é necessário articular fontes que nos revelem informações sobre as relações construídas entre este local de memória e a sociedade, assim como a influência dos interesses políticos e médico-sanitários que o envolveram em diversos contextos.

Palavras-chave: Lazareto – Hospital-de-Isolamento – Nova-Friburgo – Patrimônio-da-Saúde.

Abstract: The objective of this article is to reflect on the uses and interpretations of cultural heritage in health and care, based on the case study of *Casarão do Lazareto*, located in the municipality of Nova Friburgo, countryside of the state of Rio de Janeiro. This analysis was stimulated by the beginning of works to revitalize the building, built at the end of the 19th century to serve as an isolation hospital during periods of health emergencies in the city. The History of Health has been intrinsically linked to the History of Nova Friburgo since its creation and its materiality has become part of the population's routine, being constantly given new meaning by it. Therefore, it is necessary to articulate sources that reveal information about the relationships developed between this place of memory and society, as well as the influence of political and medical-sanitary interests that involved it in different contexts.

Key words: Lazareto – Isolation-Hospital – Nova-Friburgo – Heritage-of-Health.

Introdução

A memória e a História se cruzam quando buscamos definir um patrimônio, segundo Le Goff (1990). O valor deste bem, seja material ou imaterial, não é apenas intrínseco, mas revela os interesses sociais e as relações que se quer manter entre quem partilha dele (SANGLARD e COSTA, 2008). O patrimônio deve ser uma forma de lembrança, mas não a única, porque provoca diferentes percepções de acordo com os grupos que interagem com ele. Por isso, mais do que garantir medidas de preservação, é necessário

¹ Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. E-mail para contato: proenca.anne@gmail.com.

recorrer à investigação do seu contexto de produção e das memórias que o acompanham desde então (HARTOG, 2006).

O patrimônio, portanto, é um objeto de análise sujeito à diferentes interpretações: a partir de uma memória, coletiva e/ou individual, envolvida por questionamentos e interesses do tempo presente; e da investigação histórica, que buscará em acervos documentais e iconográficos elementos que conduzirão e complementarão tais percepções. Assim, quando trabalhamos os patrimônios, “nossa responsabilidade é saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas, além disso, nossa responsabilidade se encontra engajada às gerações futuras” (HARTOG, 2006, p. 269), e como estes objetos e lugares de memória serão constantemente ressignificados.

Para que uma sociedade se aproprie e se envolva de forma eficaz na preservação de seus patrimônios é necessário que os considere significativos para sua própria história. Desta forma, as formas de preservação não deverão se limitar ao objeto em si, mas destacar “a pluralidade dos elementos que constituem um patrimônio e uma reflexão coletiva acerca dos movimentos das memórias e das identidades culturais” (JEUDY, 1990, p. 11), abrangendo, assim, a sensibilidade que a população tem em relação a ele. Buscar diferentes fontes e relatos sobre um patrimônio contribui para que seu processo de reconhecimento não seja baseado em critérios ligados à memórias particulares e privilegiadas pelo interesse público dominante (HARTOG, 2006). A preservação de um patrimônio “corresponde também ao reconhecimento de identidades, sendo que a patrimonialização manifesta-se como luta pelo direito à memória” (SERRES, 2015, p. 1412), sendo um terreno de disputas sociais.

Seguindo um movimento que acontecia em toda América Latina, o conceito de patrimônio histórico no Brasil e o incentivo ao seu reconhecimento e preservação foram constituídos no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), sendo um projeto ligado à construção da identidade nacional. Por isso, vemos uma seleção do passado que corresponde a este objetivo, tendo o patrimônio como grande ferramenta política para se reescrever o passado de acordo com o que se planejava no presente (CAMPOS, 2021). A gênese das ações sobre o patrimônio se estabeleceu como atos “de política interna e externa de uma só vez, pois seria como uma país se apresenta para si e para o mundo. Sendo assim, de nada adiantaria preservar a identidade do passado se não houvesse campanhas que divulgassem este contorno identitário” (CAMPOS, 2021, p. 94), indicando os motivos da seleção de determinados recortes do passado. E os patrimônios, carregados de valores simbólicos, ainda estão no centro desta construção da cultura histórica.

A partir da década de 1970, a visão patrimonial, que até então estava restrita predominantemente a tipos monumentais elitizados, ligados a acontecimentos grandiosos e exitosos da história de suas sociedades, foi se tornando mais abrangente. Novos tipos de bens culturais representativos, não mais necessariamente materiais, e lugares de memória passaram a ser também considerados patrimônios, vinculados aos diversos campos sociais e científicos, (SERRES, 2015). E é aqui que o patrimônio cultural da saúde começará a ser debatido e difundido.

Patrimonializar locais relacionados à saúde, mais do que de incluir uma nova tipologia entre os bens possíveis de patrimonialização, supõe a compreensão de que preservar vestígios do modo como as sociedades se relacionam com a saúde/doença permite aumentar o conhecimento sobre as respostas que a ciência e a sociedade oferecem aos problemas sanitários em diferentes períodos (SERRES, 2015, p. 1423).

Diretamente vinculado ao estudo de caso que será apresentado a seguir, conduziremos este olhar sobre o patrimônio cultural da saúde a partir da reflexão recente sobre os hospitais como relevantes lugares de memória social. Além de serem testemunhos das rupturas e permanências no processo de desenvolvimento dos conhecimentos científicos e concepções médico-sanitárias e de assistência em diferentes épocas, reforçam a ideia de que a saúde também é uma construção histórico-social. E, por mais que ainda possam ser interpretados a partir de lembranças dolorosas, “a memória de sua construção e das décadas de uso específico não deve ser apagada” (SERRES e BORGES, 2014, p. 8), independente dos novos significados e serventias que tiveram posteriormente.

Para tal, recorreremos aos acervos próprios destas instituições, quando assim é possível, ou buscamos suporte em outros tipos de arquivos para reconstruir a história deste tipo patrimonial, assim como da sua relação com a sociedade. Esta articulação entre a História Social e a História da Saúde apresenta-se como uma metodologia eficaz para realizar este tipo de análise, revelando as dimensões científicas, históricas e culturais, e os anseios de segmentos sociais diversos sobre o local.

Conhecê-los, identificá-los e inventariá-los se tornam as ações principais que envolvem o desbravamento deste ‘novo’ patrimônio, que necessita ser estudado, sobretudo pelo caráter de ‘novidade’ que apresenta. (...) Desta forma, conceituar, tomar como objeto e preservar o Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde se torna uma tarefa desafiadora” (SANGLARD e COSTA, 2019, p. 9).

O presente artigo, portanto, registra uma série de apontamentos no sentido de reconhecer o *Casarão do Lazareto* também como um patrimônio cultural da saúde no município de Nova Friburgo. Entre os patrimônios arquitetônicos ainda existentes na cidade e com ligação direta às práticas de saúde realizadas no século XIX, o *Casarão* diferencia-se por ter sido construído já com a finalidade de ser um hospital de isolamento para receber os enfermos em épocas de epidemias. Segundo Juliane Serres e Viviane Borges (2014), locais como estes eram um “mal necessário”, sendo um dos principais métodos para evitar a propagação da doença. Por isso, deveriam ser construídos longe das áreas mais populosas e, inevitavelmente, eram marcados pela vida no confinamento e pelo medo social daqueles que viviam além muros.

Depois de um longo período de abandono e quase demolição da edificação, o início das obras de revitalização do *Casarão* este ano possibilita também a preservação de um documento-monumento “múltiplo de valores e atores relacionados ao espaço” (SERRES e

BORGES, 2014, p. 8), testemunha da relação entre sociedade, doença e assistência desde o final do século XIX.

Além do *Casarão do Lazareto*, a paisagem de Nova Friburgo é repleta de vestígios materiais da época em que era considerada um sanatório natural, cujo clima favorecia os tratamentos de saúde. Por isso, não é exagero afirmar que a história deste município da região serrana do Estado do Rio de Janeiro está intrinsecamente ligada à História da Saúde.

“O clima mais ameno e salubre de toda província”²: A Nova Friburgo oitocentista.

A valorização do clima de Nova Friburgo, tal como apresentado na citação que intitula este tópico, seguia as premissas do pensamento médico predominante no Brasil, de forte influência francesa, e que determinava as medidas de prevenção e tratamento de enfermidades ao longo do século XIX: o higienismo. Esta teoria “descendia do chamando neo-hipocratismo, uma concepção ambientalista da medicina baseada na hipótese da relação intrínseca entre saúde-doença, ambiente e sociedade” (FERREIRA, 2009, p. 62). Assim, a classificação de salubridade ou insalubridade de uma região dependia do potencial da sua topografia médica. Ou seja, seu ambiente, inclusive social, teria influência direta no aparecimento ou não de determinadas doenças.

Segundo esta corrente higienista, os denominados *maus ares* ou *miasmas* teriam influência direta na saúde ou doença dos indivíduos. De acordo com Luiz Otávio Ferreira, o médico francês José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856) foi um dos principais responsáveis pela tradução local do higienismo e seu livro “*Du Climat et des Maladies du Brésil* pode ser considerado a obra-síntese do pensamento higienista brasileiro da primeira metade do século XIX” (FERREIRA, 2009, p. 24). Para Sigaud, os trópicos tinham a temperatura elevada e sua umidade como principais agentes causadores das patologias, por possibilitarem a produção de emanções miasmáticas e a contaminação atmosférica. Porém, poderiam alcançar a salubridade através da amenização dos efeitos de seu clima, colocando em prática as medidas higienistas.

A chamada topografia médica, citada anteriormente, é um conceito presente nesta teoria médica, apontando que a saúde, ou falta dela, em uma população dependia da boa qualidade do solo e das águas, complementando as condições de temperatura e umidade (FAURE, 2012). As regiões consideradas salubres para os médicos oitocentistas tinham como principais características serem locais elevados, com maior ventilação, cuja água fosse corrente e abundante, e com baixa umidade (SIGAUD, 2009). Por isso, Nova Friburgo era considerada um sanatório natural, atraindo os enfermos que acreditavam nos poderes curativos do seu clima. Podemos afirmar que a então vila ganhou visibilidade no campo da medicina graças a este pensamento médico.

² Frase dita pelo médico italiano Carlos Eboli no discurso de inauguração do seu Instituto Sanitário Hidroterápico em Nova Friburgo (1871), publicado em INAUGURAÇÃO. Diário de Notícias do Rio de Janeiro, de 13 de julho de 1871. p.3. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

As medidas higienistas de intervenção no espaço e nos corpos também serviram de ferramentas aos interesses políticos. Colocá-las em prática e ensinar os bons hábitos à sociedade afastava o obstáculo das enfermidades, amenizando os malefícios do clima tropical, pois o “suposto era que da aplicação de leis e medicina surgiria uma nação civilizada” (MARRAS, 2004, p.10). Como afirma Stelio Marras (2004), o higienismo estava de acordo com o interesse político da elite e, apesar de estar presente na maioria das formas de tratamento, não teve uma adesão unânime.

Mesmo protagonizando os debates na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na Academia Imperial de Medicina, principais instituições médicas do Império brasileiro, a teoria infeccionista não era a única que circulava na sociedade oitocentista. Destacamos também a teoria do contágio, cujos representantes defendiam a ideia de que as doenças se originariam do contato direto com superfícies ou com indivíduo contaminado por partículas invisíveis, que poderiam ser originadas no próprio corpo, sendo sua principal medida de controle o isolamento e a quarentena (CZERESNIA, 1997). Observamos, assim, que “a medicina do século XIX mais abriu o campo das possibilidades do que tentou definir-lhes uma orientação unívoca” (FAURE, 2012, p. 55), sendo um período de crescimento da influência do discurso médico na sociedade, o qual buscava se consolidar e monopolizar as práticas de cura.

Apesar de distintas, ambas as teorias coexistiam nos espaços acadêmicos e não eram conflitantes, sendo utilizadas até mesmo simultaneamente, principalmente em épocas de epidemias, já que nenhuma delas fornecia uma resposta totalmente eficaz para solucionar os problemas de saúde mais recorrentes. Por isso, preferiam a prevenção ao combate da enfermidade já presente na sociedade, inclusive sendo uma medida mais barata aos cofres públicos (PROENÇA, 2023).

As autoridades políticas consideravam a manutenção da salubridade pública como investimento. A assistência voltada à população que não teria acesso ao atendimento particular também ganhou cada vez mais espaço nas pautas das Câmaras Municipais, que tinham a responsabilidade sobre a área da saúde de sua cidade. Em relação às medidas postas em prática em Nova Friburgo à época, analisando os dados fornecidos pelas Posturas Municipais e por requerimentos enviados à Câmara Municipal, observamos o comprometimento das autoridades friburguenses na manutenção de um ambiente preparado para garantir uma vida saudável à sua população e aqueles que buscavam na cidade a esperança de cura. Estas ações, então, complementaríamos o pensamento da topografia médica, que já caracterizava a vila como um lugar salubre (PROENÇA, 2017).

Entre as pautas políticas voltadas para a prevenção de episódios epidêmicos, estão duas determinações das Posturas Municipais de Nova Friburgo (1848) que visavam o afastamento dos enfermos dos grandes centros, seja com o intuito de interromper a circulação das doenças ou até mesmo de proteger os indivíduos saudáveis de possíveis iminentes contaminações.

10º Quando se verificar dentro do município alguma moléstia de terrível contágio, as pessoas que dela estiverem infectadas serão obrigadas a recolherem-se a lugares para isso designados pela Câmara, aonde deverão ser tratadas, para evitar-se a propagação do contágio: os que se oporem a execução desta postura pagarão 30\$ réis de multa e sofrerão 6 dias de prisão, e na reincidência terão 20 dias de cadeia (...)

14º Toda a pessoa que tiver moléstia contagiosa ou asquerosas não poderá transitar por lugares públicos, nem empregar-se na confecção ou venda de quaisquer gêneros pelos quais possa passar o contágio: os infratores pagarão 30\$ réis de multa, e terão 8 dias de cadeia, e na reincidência sofrerão 30 dias de prisão (POSTURAS MUNICIPAIS, 1848).

O *Casarão do Lazareto*, que iremos analisar neste artigo, foi construído apenas na década final do século XIX. Porém, como vimos nos artigos da Postura Municipal de Nova Friburgo, promulgada na metade dos oitocentos, já era apontada a necessidade de ter na cidade um local no qual seriam recolhidos os enfermos acometidos de doenças contagiosas. Principalmente em épocas de epidemias de varíola, esta demanda médico-sanitária voltava a ser pauta na Câmara Municipal friburguense. Em uma destas emergências sanitárias, em 1878, a recomendação foi levada ao debate político por um importante personagem do campo da saúde em Nova Friburgo: o médico italiano Carlos Eboli (PROENÇA, 2017).

Segundo consta na *Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Nova Friburgo, de 1º de outubro de 1878*, Carlos Eboli se ofereceu gratuitamente para ser médico-vacinador, colocando-se à disposição da população todos os domingos no Paço da Câmara, a fim de proceder esta medida preventiva contra a varíola. Ainda submeteu à aprovação do Governo Provincial outras medidas gerais para prevenir e, se fosse o caso, amenizar os efeitos do desenvolvimento de uma epidemia em Nova Friburgo: tornar a vacinação obrigatória e autorizar o presidente da Câmara Municipal a fazer as despesas necessárias com a remoção e o tratamento de enfermos indigentes. E, entre estas despesas, estava o aluguel de uma casa fora do povoado, para onde deveriam ser removidos aqueles afetados pela varíola. A sua proposta foi unanimemente aprovada.

Carlos Eboli é um nome marcado na História da Saúde de Nova Friburgo por seu empreendimento de saúde, responsável por consolidar sua carreira como especialista no tratamento pela água, a hidroterapia, e por colocá-lo em posição de destaque tanto na região como na Corte. Através do *Instituto Sanitário Hidroterápico*, Carlos Eboli destacou ainda mais Nova Friburgo como local salubre, cujo clima auxiliaria nos tratamentos que eram ali realizados.

O estabelecimento de duchas atraía visitantes de diversos pontos do país, principalmente de toda Província fluminense, seja em busca da cura para suas enfermidades ou para veraneio, fugindo das altas temperaturas e das constantes epidemias que assolavam a cidade do Rio de Janeiro. Completando o pacote que daria eficiência ao tratamento hidroterápico estaria o lugar de repouso, o *Hotel Central*, no qual os hóspedes aproveitariam também de uma alimentação regrada, descanso e lazer (PROENÇA, 2017).

A sociedade friburguense considerava o *Instituto* como um lugar de saúde e progresso para a cidade. Referia-se tanto Carlos Eboli quanto seu sócio Fortunato Corrêa de Azevedo como importantes nomes para ciência e para Nova Friburgo. Antes mesmo do seu fechamento, na década de 1890, a população reconhecia que o estabelecimento de duchas foi um ponto de referência da vila, um grande atrativo para os visitantes e que conferia autenticidade a identidade salubre que fora construída sobre ela. Porém, quando a Marinha do Brasil tentou adquirir o prédio do *Instituto*, por já utilizarem dos serviços do estabelecimento em seus enfermos, isto causou um desconforto para a população, que se colocou publicamente contra e conseguiu impedir a venda. O complexo das duchas e o *Hotel Central*, então, foram vendidos às Irmãs Dorotéias, Maria Alexandrina do Carmo e Silva e Feliciano Amélia Ribeiro de Portugal, e ali foi instalado o Colégio Nossa Senhora das Dores, em funcionamento até hoje (PROENÇA, 2017).

A Marinha, porém, não desistiu de instalar em Nova Friburgo um hospital que atendesse aos seus militares enfermos, visto os bons resultados dos tratamentos realizados na cidade. Em 1910 foi instalado o Sanatório Naval de Nova Friburgo no prédio do antigo Pavilhão de Caças do Barão de Nova Friburgo. Neste hospital, é construída uma ala para a prática hidroterápica, que continuou sendo utilizada durante parte do século XX na recuperação da saúde dos enfermos que eram transferidos para esta unidade (PROENÇA, 2017).

Tanto o antigo complexo do *Instituto Sanitário Hidroterápico* e do *Hotel Central* quanto o prédio do *Sanatório Naval de Nova Friburgo* são tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC). E, assim como o *Casarão do Lazareto*, podem ser reconhecidos como patrimônios da saúde friburguense. São documentos-monumentos que testemunharam as práticas de saúde aplicadas de acordo com o pensamento médico predominante a época e inseridos em um contexto que preconizava a manutenção da salubridade pública como forma de afastar a chegada de enfermidades, ao mesmo tempo em que buscava garantir aos enfermos a eficácia da topografia médica combinada aos tratamentos utilizados em ambos os locais.

A chamada identidade salubre de Nova Friburgo continuou sendo consolidada pelos constantes visitantes ao longo do século XIX, que buscavam nesta cidade serrana a cura para suas enfermidades mais graves. Na década de 1870, a vila viveu um novo momento para receber estes visitantes e um dos principais acontecimentos de sua história: a inauguração da segunda seção da Estrada de Ferro Cantagalo. A viagem entre Nova Friburgo e a capital da província do Rio de Janeiro, Niterói, que antes durava quatro dias, passou a ser feita em seis horas, viabilizando a chegada de um maior número de visitantes. O acabou por facilitar também a chegada e circulação de doenças na região (PROENÇA, 2017).

Fica claro, portanto, o quanto higiene pública era considerada uma das pautas mais importantes e prioritárias para o investimento de recursos públicos ao longo de todo século XIX. Recorrentemente era enfatizada a responsabilidade das Câmaras Municipais na manutenção da salubridade e o quanto a prevenção seria o meio mais eficaz para controlar as epidemias (PROENÇA, 2020). O discurso médico ultrapassou os limites de suas

instituições e ganhou uma linguagem acessível e didática, adentrando em todas as camadas sociais e se tornando parte da rotina da população. Por isso, a doença não pode ser considerada apenas um fenômeno fisiológico. Ela ganha aspectos espirituais e sociais, influenciada por causas externas ao corpo enfermo (PROENÇA, 2017). E é neste contexto que o *Casarão do Lazareto* foi construído nos arrabaldes de Duas Pedras, localidade afastada à época do perímetro urbano de Nova Friburgo, para servir de hospital de isolamento em épocas de emergências sanitárias.

O Casarão do Lazareto: História e Memória.

Segundo reportagem feita por Adriana Oliveira e publicada no jornal *A Voz da Serra*, de 10 de junho de 2022, a edificação foi cedida ao município após reuniões com representantes do governo estadual e do Ministério Público. O objetivo da revitalização é sua transformação em um ponto de cultura para o bairro, que também leva o nome de Lazareto. E o projeto foi desenvolvido pela Fundação Dom João VI, instituição custodiadora dos acervos permanentes da cidade, assim como responsável pela preservação e gestão dos patrimônios friburguenses.

A reportagem destaca ainda que esta é uma pauta defendida pelo atual prefeito Johnny Maycon Cordeiro Ribeiro desde sua atuação como vereador da cidade, por ele ter sido morador daquele bairro. Podemos aqui levantar a hipótese de que esta relação de convivência cotidiana entre o atual chefe do executivo e o *Casarão* foi o ponto chave para que iniciativas voltadas para sua preservação fossem pensadas e colocadas em prática, mesmo com um laudo apresentado pela Defesa Civil em 2019 que recomendava sua demolição, devido ao risco de desabamento, como aponta a mesma reportagem.

Apesar dos usos posteriores, a origem do *Casarão* ainda se mantém viva na memória coletiva da população, muito por preservar o nome *Lazareto*, que remete ao estigma social da enfermidade carregada pela figura bíblica de Lázaro, antes denominada de lepra e cuja principal medida profilática foi durante muito tempo o afastamento dos enfermos do convívio social. O bairro homônimo cresceu em torno deste hospital de isolamento.

Assim como na época em que Carlos Eboli sugeriu o aluguel de uma casa afastada do perímetro urbano de Nova Friburgo para enviar os enfermos contaminados, a demanda por um local para o mesmo fim retornou à pauta no fim do século XIX, devido ao reaparecimento de casos de varíola na cidade. Desta vez, o presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo, Galiano das Neves, propôs à *Comissão de Obras Públicas* não mais a locação, mas a construção de uma casa que serviria de lazareto para os indigentes afetados por doença contagiosa, segundo consta na *Ata da sessão da Intendência, em 25 de setembro de 1891*.

Cabe aqui destacar duas informações sobre o Coronel Galiano das Neves, como era chamado. Ele interrompeu seus estudos em Medicina no quarto ano e mudou-se para Friburgo para se tratar da tuberculose, acompanhando um movimento de enfermos que confiava nos bons ares serranos para recuperação de sua saúde. Na Câmara Municipal friburguense, ele pode ser considerado o principal aliado político de Carlos Eboli durante os

dois mandatos deste médico, entre o final da década de 1870 e início dos anos 1880, o que pode também explicar a retomada da ideia de ter disponível um local de isolamento (PROENÇA, 2020).

A *Comissão de Obras Públicas*, que inicialmente deu parecer contrário à planta e ao orçamento apresentado por Galiano das Neves (*Ata da 2ª Sessão Ordinária da Intendência, em 15 de janeiro de 1892*), fez a indicação de “um terreno a dois quilômetros e meio da cidade, à margem da estrada de ferro, num platô a vinte metros de altura sobre o leito da estrada” (*Ata da 7ª sessão ordinária, em 18 de fevereiro de 1892*, p. 56) para a construção do lazareto, seguindo a recomendação médico-sanitária de ser um local afastado da região mais populosa. A indicação foi aprovada, ficando o Intendente Geral encarregado de fazer contato com os proprietários do terreno citado.

O início das obras de construção do lazareto foi considerado urgente pelos membros da Câmara Municipal friburguense e é possível acompanhar pelas atas dos anos de 1892 e 1893 os trâmites políticos, econômicos e sociais envolvidos neste processo. Entre eles, destacou-se o pedido de auxílio financeiro da Câmara Municipal ao governo do Estado do Rio de Janeiro (*Ata da 6ª sessão ordinária, em 13 de fevereiro de 1893*). Como condição para assumir o custo das obras, o governo estadual exigiu a doação do terreno onde o lazareto estava sendo construído, o que foi aprovado pelo poder municipal (*Ata da 6ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, em 4 de maio de 1893*). Este acordo explica o motivo de ter sido necessária a sua devolução ao município em 2022, para que as obras de revitalização pudessem ser realizadas, como aponta a reportagem do *A Voz da Serra* citada no início deste tópico.

Chama-nos atenção também o requerimento enviado por José de Souza Veloso, que solicita permissão da Câmara Municipal para construir uma casa nas sobras do terreno destinado ao lazareto. Em troca, ele assumiria o compromisso de servir como zelador e enfermeiro do hospital a ser ali instalado, mediante a um ordenado que fosse arbitrado pelo poder municipal. O pedido é deferido, mediante a assinatura de um termo no qual Veloso não reclamaria por benfeitorias e só poderia cultivar na zona demarcada pela *Comissão de Saúde* (*Ata da 1ª sessão ordinária, em 9 de janeiro de 1893*). A partir deste exemplo, e de outros requerimentos de cidadãos que estariam interessados em fazer parte da construção e funcionamento do *Casarão do Lazareto*, podemos supor que esta primeira relação da população com o local seria de uma oportunidade, tanto de um emprego quanto de moradia, acompanhando os interesses do poder público municipal, que precisaria de mão de obra tanto para a construção quanto para conduzir as atividades cotidianas da instituição.

A construção do *Casarão do Lazareto* foi concluída em 1895. Segundo o memorialista Adilson Donato Batista (2010), “parece que originalmente [o *Casarão*] era composto de vários quartos, duas secretarias de entrada, tendo aos fundos, cozinha e banheiros” (BATISTA, 2019, p. 19). Pensando em termos de modelo de hospitais de isolamento e no pensamento médico-sanitário predominante à época, indicamos que a construção desta casa-hospital atendia às demandas arquitetônicas da necessidade de isolamento dos pacientes entre si, da desinfecção, da circulação do ar e da redução do

mobiliário hospitalar ao mínimo (COSTA, 2011). Esta característica pode também justificar o fato de os períodos epidêmicos demandarem um reforço do equipamento no *Casarão*, como apresentaremos mais à frente.

As despesas do funcionamento deste local de assistência à saúde saíam dos cofres municipais, sendo o atendimento realizado pelo médico contratado pela Câmara friburguense, como registra *Ata da 9ª sessão ordinária, em 30 de novembro de 1899*, quando foi relatado o aparecimento de duas mulheres indigentes acometidas de varíola, contraída fora de Nova Friburgo. Elas foram encaminhadas para o lazareto e uma delas acabou falecendo. Os doentes eram transportados para o *Casarão do Lazareto* em carroças, sendo a primeira delas comprada logo no início do funcionamento do hospital, segundo *Ata da 14ª sessão ordinária, em 27 de agosto de 1895* da Câmara Municipal friburguense.

O livro do memorialista Adilson Donato Batista (2010) apresenta relatos da História Oral sobre episódios epidêmicos da febre tifoide em Nova Friburgo nas décadas de 1930 e 1940, vinculados ao *Casarão do Lazareto*. À época, as carroças já haviam sido substituídas por caminhões. Segundo ele, “causava consternação geral aquele caminhão, com toldo verde e colchonetes, que passava recolhendo doentes para o Lazareto” (BATISTA, 2010, p. 19). Isto porque a febre tifoide era considerada uma doença altamente contagiosa e, por isso, os doentes eram levados para o isolamento e muitos deles não retornavam para suas famílias. O correspondente do *Correio da Manhã* (22/03/1936) informava que até aquele momento já tinham sido recolhidos 160 doentes para o hospital de isolamento de Duas Pedras. E o que mais tinha o surpreendido era justamente “o caminhão agoureiro que trepidando pelas ruas à guisa de ambulância, conduz os desgraçados ao isolamento, afastando-nos da posição de uma cidade ilustre” (CONTINUA A EPIDEMIA DE TYPHO EM FRIBURGO, 1936, p. 11).

Adilson Batista (2010, p. 20) ainda nos apresenta o relato de Renyr Sardou, que, ao ser diagnosticada com a febre tifoide em 1940, aos sete anos, foi imediatamente mandada para o *Casarão do Lazareto* sem que pudesse se despedir de sua mãe. E lá ela permaneceu por quatro meses, sendo proibidas as visitas da família e até mesmo após se recuperar da enfermidade. Renyr permaneceu no *Casarão*, porque, segundo Batista (2010), não sabia o caminho para que pudesse retornar sozinha à sua residência. Podemos entender, através desta informação, de que não eram todas as famílias informadas sobre o estado dos seus enfermos, nem mesmo quando era determinada sua alta. Mesmo sendo uma criança, Renyr passou a ajudar no tratamento dos demais pacientes. Conta ela que nunca viu médicos atuando no *Casarão*, apenas voluntários. Como apresentaremos a seguir, as equipes enviadas para o tratamento eram compostas em sua maioria por acadêmicos de medicina e enfermeiras. Os médicos que lá atuavam eram contratados pela Câmara Municipal para o atendimento geral aos enfermos que não poderiam pagar por serviços particulares, como vimos anteriormente. Possivelmente realizavam apenas visitas periódicas ao *Casarão*.

Durante sua permanência no *Casarão do Lazareto*, Renyr Sardou afirma a Adilson Batista (2010, p. 20) que raras eram as recuperações e que viu a maioria dos internos saírem envolvidos em lençóis para o sepultamento. Segundo ela, o local era protegido por imensos

cães de guarda, que impediam a aproximação e garantiam o isolamento do local. O que não impedia os doentes de fugirem para comer bananas e goiabas nas plantações da vizinhança, para compensar a sopa rala e aguada que era servida a eles.

E aqui é possível identificar o que pode ser considerado um terreno de disputa entre as memórias dos pacientes e daqueles responsáveis por seu tratamento. A memória de Renyr Sardou contrasta àquela descrita n' *O Jornal* (12/05/1936):

Ali chegando, fomos gentilmente recebidos pelos drs. Costa Motta, Mário de Larno Cantição e seus auxiliares.

Percorremos todas as duas dependências, colhendo as melhores impressões. Apesar de ser um hospital de emergência, os seus diretores não poupam esforços em prodigalizar aos hospitalizados o maior conforto e assistência, dispensando todo o carinho e atenção, a par de boa alimentação, conforme, aliás, declaram os próprios enfermos.

Na enfermaria de crianças, várias delas de tenra idade, como tivemos ocasião de verificar, até brinquedo lhes são oferecidos pelos caridosos médicos, que, assim, às suas expensas procuram amenizar o sofrimento daquelas criaturinhas (FRIBURGO, 1936, p. 6).

Porém, acompanha aquela publicada pelo correspondente do *Diário de Pernambuco* (19/03/1936), que visitou o local alguns meses antes:

Vi no Hospital de Isolamento enfermos que para ali foram levados em deplorável estado de abandono, esqueléticos, reduzidos a um farrapo humano pela doença e pela fome (AZEVEDO, 1936, p. 5).

Tais relatos registrados por correspondentes em seus jornais, descrevendo suas visitas ao hospital de isolamento em épocas de funcionamento, ainda vão de encontro com o que relatou Obedes Pinheiro a Adilson Batista (2010, p. 20). Segundo ele, as visitas raramente eram consentidas. Quando ele foi com sua mãe visitar sua prima, Tereza Pinheiro, tiveram que usar máscaras e não puderam entrar no *Casarão*. Os doentes recepcionavam suas visitas na área externa, enquanto circulavam ao sol, sob os olhares dos guardas à paisana, que evitavam as fugas e aproximações sem autorizações. Como afirmamos anteriormente, ao trabalhar com memórias que envolvam estes patrimônios, é necessário compreender que elas correspondem à diferentes percepções provenientes das relações de atores sociais com aquele documento-monumento, sendo indispensável identificá-los em seus contextos e articulá-los a outros tipos de fontes disponíveis.

Voltando às memórias de Renyr Sardou, ela conta a Adilson Batista (2010, p. 20) que só conseguiu deixar o isolamento com o auxílio do vizinho de sua família. Ela era moradora do bairro de Olaria, que fora um dos grandes focos da epidemia de febre tifoide de 1936, e aproximadamente sete quilômetros distante da localidade de Duas Pedras, onde está localizado o *Casarão do Lazareto*. Segundo Renyr, este seu vizinho foi ao *Casarão* saber notícias de suas filhas, que também foram levadas para lá nas mesmas condições que ela, mas

acabaram falecendo. Porém, durante esta visita, o homem reconheceu Renyr e se ofereceu para levá-la até sua casa. Foi assim que ela conseguiu retornar à Olaria, trajada com o camisolão branco do hospital e, segundo ela, assustando os moradores da região, que pensaram que ela já estivesse morta. Renyr não foi recepcionada em casa logo de primeira, porque estava infestada de piolhos. Conta então que sua mãe raspou seu cabelo e aplicou um tratamento com base em querosene ainda no quintal. Só depois pode entrar novamente em sua residência.

Destinado inicialmente para a assistência dos enfermos provenientes das classes menos abastadas, as fontes apontam que o *Casarão do Lazareto* era utilizado como hospital de isolamento apenas em épocas epidêmicas, sendo equipado nestes períodos com leitos e medicamentos, e recebendo profissionais destinados aos cuidados com os doentes que ali eram internados. Segundo publicação do jornal *Diário de Pernambuco* (19/03/1936), “a cidade [de Nova Friburgo] não tinha um hospital de isolamento. Instalou-se um no prazo espantoso de dois dias, com 30 leitos, e tudo quanto se fazia necessário para um eficaz combate do mal” (AZEVEDO, 1936, p. 5). O autor da reportagem, Almeida Azevedo, relata que visitou o local “nos arrabaldes de Duas Pedras” e que a impressão é de que atenderia às demandas das circunstâncias nas quais foi instalado. Porém, não contava com um laboratório bacteriológico, sendo enviado para Niterói o material colhido dos pacientes, o que acabava retardando as medidas de tratamento. O *Diário da Noite* (02/03/1936) também noticiou que no *Casarão* foram instalados 30 leitos e Nova Friburgo recebeu um corpo de auxiliares, acadêmicos e enfermeiras para conduzir o tratamento dos enfermos, assim como materiais terapêuticos adequados. Já o *Gazeta de Notícias* (28/02/1936), aponta que para o combate à epidemia de febre tifoide foi instalado “um hospital transitório de isolamento com a capacidade de 40 leitos, já tendo seguido o pessoal e o material necessário” (TYPHO EM FRIBURGO, 1936, p.2).

Completando nosso olhar sobre os usos do *Casarão do Lazareto*, o memorialista Adilson Donato Batista (2010) traz a informação que ali “já foi abrigo para maquinistas da linha férrea, escola, sede da Associação de Moradores de São Lázaro e, finalmente, o prefeito Amâncio [de Azevedo] o entregou para os desabrigados” (BATISTA, 2010, p. 19), provavelmente na década de 1970. Por isso, podemos levantar a hipótese que, diferente de outros hospitais de isolamento que permaneceram com suas atividades ao longo de todo período da existência, este funcionamento intermitente do *Casarão do Lazareto* evitou que o local sofresse maiores estigmas por parte da sociedade friburguense.

Por tudo que foi apresentado até aqui, independente dos usos posteriores e da sua transformação em ponto de cultura, é possível reconhecer o *Casarão do Lazareto* também como um patrimônio cultural da saúde e da assistência em Nova Friburgo. E, tal como foi indicado na introdução deste artigo, este reconhecimento está inserido na ampliação da própria noção de patrimônio. Analisar os processos históricos, os procedimentos médicos-sanitários e memórias de diretores e pacientes que envolvem seu funcionamento, colocam o *Casarão* como uma possibilidade de investigação histórica, científica e cultural também da sociedade para qual foi construído e dos ressignificados resultantes das suas transformações

e reusos.

Considerações finais

A valorização de locais como hospitais, principalmente aqueles destinados ao isolamento de doentes, como é o caso do *Casarão do Lazareto*, pode suscitar discussões que envolvem um imaginário social ligado a sofrimento e segregação. Por isso, pode ser necessário ressignificar estes locais, acompanhando as transformações nas percepções sobre ele em diferentes contextos sociais, principalmente através das relações da sociedade com aquele edifício.

Por se tratar de uma história recente, envolvendo atores contemporâneos, como foi possível observar a partir das memórias apresentadas no tópico anterior, promover projetos que estimulem e ampliem os relatos sobre o local se apresenta como uma alternativa eficaz para compreender estas percepções sociais sobre o espaço, “partindo do pressuposto que saúde é uma construção social, que assume significados diversos” (SANGLARD e COSTA, 2023, p. 109). Não há registros de recolhimento e preservação dos acervos documentais produzidos durante o funcionamento do *Casarão* como hospital de isolamento. Por isso, a iniciativa de História Oral combinada a um levantamento das fontes disponíveis nos forneceriam as ferramentas ideais para uma compreensão e valorização do *Casarão* como mais um lugar de memória da História da Saúde em Nova Friburgo, que permite ampliar o conhecimento sobre a própria cidade e sua população.

Não se trata, portanto, de promover a patrimonialização desses locais, limitando suas inevitáveis transformações ou usos contemporâneos, mas de contribuir para pensar a preservação da memória dessas instituições, em detrimento do esquecimento, abandono ou deteriorações, que impedem uma leitura histórica de tais estabelecimentos; nesse sentido, é fundamental o reconhecimento de sua importância como um documento (SERRES, 2015, p. 1424).

O início das obras de revitalização do *Casarão do Lazareto* provocou um interesse social sobre este edifício, que há muitos anos esteve à margem dos debates sobre preservação na cidade. E isto acompanha a ideia de que “patrimonialização diz mais respeito ao presente, mais à sociedade que promove do que aos próprios referentes preservados” (SERRES, 2015, p. 1423). Trata-se, portanto, mais do que apresentar um relatório sobre este documento-monumento, mas defender uma educação patrimonial que incentive a população, principalmente do entorno, para além da utilização do futuro ponto de cultura, mas como uma participante ativa na conservação deste local de memória. Compreender o *Casarão do Lazareto* como um patrimônio cultural da saúde o envolve de significados e auxilia na sua valorização, visibilidade e preservação.

O reconhecimento de uma sociedade em um patrimônio é o reconhecimento da sua história em diálogo com a memória coletiva que compartilham. É a escolha do que desejam lembrar e indicar como marcos na construção da sua narrativa do passado.

A articulação entre história e memória aduba o debate e a compreensão sobre os bens patrimoniais. Assim como a produção histórica se apoia na operação que altera o perfil de documentos para fontes, a constituição de patrimônios demanda uma operação de escolha e valoração de bens do passado, sejam materiais ou imateriais, como representantes da coletividade social. Também a partir do vínculo com o passado, o patrimônio pode proporcionar a reconstrução das conexões do presente com seus precedentes. O resultado é o estabelecimento de laços sociais importantes para a sobrevivência das coletividades (ROSTOLDO 2021, P. 162).

A paisagem também pode ser um elemento de representação desse patrimônio. Desde o século XIX, o *Casarão do Lazareto* está integrado ao cotidiano da população da região. Cabe destacar que o bairro homônimo, em Duas Pedras, foi um dos mais atingidos pela tragédia climática que se abateu sobre a cidade em janeiro de 2011. E em meio às transformações físicas da região consequentes deste triste episódio, o *Casarão* se manteve em pé e como uma das principais referências visuais do início da ocupação daquela região. A paisagem, portanto, acaba por também alimentar a memória social, refletindo as interações entre a sociedade e os locais que são modificados por ela, como um reflexo deste cotidiano (ROSTOLDO, 2021).

Este artigo apresentou alguns apontamentos sobre a história do *Casarão*, colocando-o como uma interessante possibilidade de investigação das estruturas sociais em diferentes épocas, que contribuíram para a constante resignificação desse espaço. Ele se apresenta como um objeto histórico, que revela o funcionamento das dinâmicas entre os atores sociais e as demandas de cada época, que determinaram seus diferentes usos desde o final do século XIX. Compreendemos, da mesma forma, que o edifício é um vestígio de uma prática de saúde, relacionada a um pensamento médico-sanitário predominante na época de sua construção, contribuindo para a construção do conhecimento sobre o campo da saúde e da assistência à saúde no interior do Rio de Janeiro.

Bibliografia

Fontes Arquivísticas:

CONJUNTO de livros das Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo (1878-1899) – Fundação Dom João VI de Nova Friburgo.

- Ata da sessão extraordinária de 1º de outubro de 1878.
- Ata da sessão da Intendência, em 25 de setembro de 1891.
- Ata da 2ª Sessão Ordinária da Intendência, em 15 de janeiro de 1892.
- Ata da 7ª sessão ordinária, em 18 de fevereiro de 1892.
- Ata da 6ª sessão ordinária, em 13 de fevereiro de 1893.
- Ata da 6ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, em 4 de maio de 1893.
- Ata da 1ª sessão ordinária, em 9 de janeiro de 1893.

- Ata da 14ª sessão ordinária, em 27 de agosto de 1895.
- Ata da 9ª sessão ordinária, em 30 de novembro de 1899.

POSTURAS Municipais de Nova Friburgo, 17 de fevereiro de 1848.

Fontes impressas:

AZEVEDO, Almeida. 160 notificações e 49 casos positivos de typho em Nova Friburgo: Diário da Noite colhe, no local, impressões acerca do surto epidêmico. **Jornal Diário da Noite**, de 02 de março de 1936, p. 13. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

AZEVEDO, Almeida. A miséria o abandono das populações rurais causas do surto de typho em Friburgo: os enfermos, em sua quasi totalidade, chegaram ao hospital de isolamento em lastimável estado, sujos, esqueléticos e famintos. **Jornal Diário de Pernambuco**, 19 de março de 1936, p. 5. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

CONTINUA A EPIDEMIA DE TYHO EM FRIBURGO. **Jornal Correio da Manhã**, 22 de março de 1936, p. 11. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

FRIBURGO. Debellado o surto de typhico na cidade. **Jornal O Jornal**, 12 de maio de 1936, p. 6. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, Adriana. Casarão do Lazareto, agora da Prefeitura, já tem projeto de reforma. **Jornal A Voz da Serra**, 10 de junho de 2022. Disponível em <https://avozdaserra.com.br/noticias/casarao-do-lazareto-agora-da-prefeitura-ja-tem-projeto-de-reforma> - Acessado em 18 de abril de 2024.

TYPHO EM FRIBURGO! As providências tomadas pela saúde pública do Estado do Rio. **Jornal Gazeta de Notícias**, 28 de fevereiro de 1936, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Referências

BATISTA, Adilson Donato. **História da Igreja de São Roque e apontamentos para a história do Bairro de Olaria**. Nova Friburgo/RJ: Ediouro, 2010.

CAMPOS, Filipe Queiroz de. O conceito de patrimônio nos discursos de Getúlio Vargas: uma estratégia ambivalente. **Faces de Clio**, v. 7, n. 14, p. 91–110, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/34531> - Acessado em 18 de abril de 2024.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Apontamentos para a arquitetura hospitalar no Brasil: entre o tradicional e o moderno. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez.2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/wfwX78JBNmwQxHLwkStzmmmy/abstract/?lang=pt> - Acessado em 18 de abril de 2024.

CZERESNIA, D. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de

apreensão da epidemia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. IV (1): 75-94, mar.-jun., 1997. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Wcz8jvgw77K8qdvQppMY5fK/?lang=pt&format=pdf> – Acessado em 18 de abril de 2024.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. IN CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FERREIRA, Luiz Otávio. Introdução: José Francisco Xavier Sigaud e a tradução local do higienismo. IN SIGAUD, José Francisco Xavier. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste Império**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memória do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol., 22, nº 36, Jul/Dez 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MARRAS, Stelio. **A propósito de águas virtuosas**: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil. Belo Horizonte/MG: Editora Humanitas, 2004.

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. **Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017. Disponível em

http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_Anne_proenca.pdf

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida Proença. Senhor Vereador Doutor: as frentes de atuação de Carlos Eboli na Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo (1870-1880). IN COSTA, Ricardo da Gama Rosa e GUIMARÃES, Fernanda (orgs.). **Memórias do Legislativo Friburguense**: 200 anos de História da Câmara Municipal de Nova Friburgo. Nova Friburgo/RJ: Editora Bemdita Comunicação Criativa, 2020. Disponível em <https://www.novafriburgo.rj.leg.br/institucional/livro-memorias-do-legislativo-friburguense-1/livro-memorias-do-legislativo-friburguense/view>.

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida Proença. “Muito temo que a ele se comunique a cholera”: um olhar sobre a chegada de uma grande epidemia ao Vale do Paraíba Fluminense (1855-1856). IN QUAGLINO, Maria Ana e VASCONCELOS, Geni Nader [orgs.]. **O cotidiano em tempo de pandemia**: entre muitos olhares. Nova Friburgo/RJ: Dyart, 2023.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Patrimônio e identidade na fronteira da história com a memória. **Patrimônio e Memória**: Revista Eletrônica do CEDAP da UNESP. Assis/SP, v. 17. Nº 2, Jul./Dez., 2021. Disponível em <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/35> - Acessado em 18 de abril de 2024.

SANGLARD, Gisele e COSTA, Renato Gama-Rosa. História da Saúde no Rio de Janeiro. IN PORTO, Ângela et al. (orgs.). **História da saúde no Rio de Janeiro**: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

SANGLARD, Gisele e COSTA, Renato Gama-Rosa. Patrimônio Cultural da Saúde: uma década de reflexão e atuação sobre o campo. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.11, n.20, Jan/Jun.2019. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/14952> - Acessado em 18 de abril de 2024.

SANGLARD, Gisele e COSTA, Renato Gama-Rosa. Patrimônio Cultural da Saúde e suas redes. IN NOGUEIRA, André Luis Lima *et. al.* [orgs.]. **Uma História Brasileira das Doenças**. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2023.

SERRES, Juliane e BORGES, Viviane. Memória, sofrimento e apartação: a patrimonialização de instituições de isolamento. **Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC. Disponível em <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/43/3> - Acessado em 18 de abril de 2024.

SERRES, Juliane Conceição Primon. Preservação do patrimônio cultural da saúde no Brasil: uma questão emergente. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.4, out.-dez. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/6D3HVht45ChjgWF54PLthZB/#> - Acessado em 18 de abril de 2024.

SIGAUD, José Francisco Xavier. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste Império**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.